

nos anos 1953/59, quando expandiu-se a uma taxa média anual de 15,5%, devido aos investimentos maciços nos setores de bens de consumo duráveis e de infra-estrutura.

A década de 60 iniciou-se com a manifestação dos primeiros sintomas de afrouxamento do processo de industrialização substitutiva de importações, refletida no fraco desempenho do

setor industrial. O des controle do ritmo da inflação veio agravar ainda mais a situação, reduzindo drasticamente a taxa de crescimento do produto paulista que, até 1968, expandiu-se modestamente. Sua taxa de crescimento experimentou movimentos cíclicos de relativa intensidade, devido, em parte, às flutuações das safras agrícolas e, em parte, à lenta recuperação do setor industrial.

Os anos finais da década foram extremamente favoráveis, particularmente para a indústria, cuja produção atingiu valores excepcionais. A agricultura, por sua vez, saindo de período em que enfrentou grandes dificuldades, alçou-se ao crescimento industrial, passando a contribuir decisivamente para a manutenção do ritmo elevado e persistente do produto global.

A economia paulista ingressou numa fase de intenso desenvolvimento, caracterizado sobretudo por um maior equilíbrio setorial. A indústria ampliou-se e diversificou-se, baseada na expansão do mercado interno, ao lado de uma crescente participação na geração das divisas necessárias à manutenção do ritmo de desenvolvimento alcançado. Perseguindo idênticos objetivos, a agricultura paulista colocou-se à altura do papel que lhe cabe no processo de desenvolvimento econômico.

A intensidade e rapidez do processo de industrialização, aliada a uma série de fatores históricos e locais, compartilharam o espaço produtivo do País e do Estado de forma tal que se tornou indesejável a sua manutenção, seja do ponto de vista da eficiência econômica, seja do ponto de vista social. De fato, a industrialização brasileira originou-se em pontos extremamente concentrados do território nacional. As diversas vantagens acumuladas pelo Estado de São Paulo, ao longo dos anos de desenvolvimento da agricultura, propiciaram-lhe condições para que o processo de industrialização a se verificasse de forma bem mais intensa que em qualquer das outras regiões do País. A concentração de recursos e esforços no Estado deveriam ser altamente desejáveis nos momentos iniciais do processo, em virtude dos ganhos elevados que se poderiam obter, em termos das economias aglomerativas. Consequentemente, tal fato teria que gerar um crescimento econômico diferenciado, quer em termos de taxas de crescimento, quer em termos do nível de multiplicidade das atividades produtivas, em favor de São Paulo. O resultado foi a participação crescente da produção do Estado no total do País de tal forma que, em 1969, essa participação era da ordem de 36,0% do PIB brasileiro, sendo que somente a indústria representava cerca de 14,0% deste total.

Evidentemente, um dinamismo desta magnitude da economia regional traduziu-se numa série de benefícios não totalmente internalizados, mas extravazados, em grande parte, para outras regiões do País, na forma de maiores importações de seus produtos, e na oferta dos bens por elas requisitados. Paralelamente, verificaram-se nações incorporações da mão-de-obra proveniente de várias partes do território nacional, nos seus diversos setores produtivos, contribuindo, desta maneira, para uma elevação do nível global de bem-estar.

Não obstante os benefícios obtidos ao longo do processo, a concentração revelou-se impraticável na medida em que comprometia o próprio desenvolvimento sócio-econômico do País, por não gerar um volume de benefícios compatíveis com os custos envolvidos. Este fato levou o Governo Federal a tomar uma série de medidas relacionadas com a diminuição das disparidades regionais.

No plano estadual, o processo histórico levou a uma concentração particularmente intensa, dando origem ao aglomerado urbano que hoje constitui a Grande São Paulo. A intensidade desta concentração pode ser sentida pelos 69,5% de pessoas ocupadas na indústria desta região, em relação ao total industrial do Estado, em 1967 (1).

Essa concentração repercutiu negativamente nas atividades econômicas do Estado, em especial da Capital, provocando deslocamentos espontâneos das indústrias em direção à periferia e ao Interior, através dos eixos historicamente estabelecidos da penetração industrial no Estado. Tais deslocamentos não somente refletem as primeiras manifestações das descondições de aglomeração na Capital, como também os retornos do mesmo esforço que o Governo Estadual vem realizando, no sentido de apoiar e reforçar essas tendências do setor privado. Neste modo, os investimentos que têm sido realizados em infra-estrutura básica e social no Interior vêm diminuindo sensivelmente a defasagem entre procura e oferta surgida no processo de desenvolvimento dessas regiões. A alocação desses recursos vem modificando padrões locais historicamente determinados, uma vez que tem atraído novas atividades produtivas para áreas até então excluídas do processo de desenvolvimento do Estado.

COMPORTAMENTO GLOBAL RECENTE

O comportamento global recente da economia paulista, na década da que se iniciou em 1970, segue de perto o padrão evolutivo da economia brasileira e se caracteriza por um intenso desenvolvimento econômico. No período 1969/73, o valor real da produção das indústrias de transformação do Estado cresceu a uma taxa média anual de 16,0%. A taxa para o produto físico da agricultura foi de 8,0% ao ano. Considerando-se que a taxa de crescimento do setor terciário está diretamente associada à evolução dos outros dois setores, o crescimento da economia paulista não terá sido inferior aos 13,0% ao ano.

Tal comportamento dos setores da economia paulista não somente revela seu dinamismo, como destaca seu papel na manutenção do próprio ritmo de crescimento da economia brasileira.

(1) Conforme dados do Departamento de Estatística do Estado de São Paulo.

leira, pois participa com 35,0% na formação da renda total do País, além de responder por 55,0% da renda gerada pela indústria nacional.

ESTADO DE SÃO PAULO
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA RENDA INTERNA TOTAL E INDUSTRIAL
DO ESTADO, NO BRASIL
1960/73

ANO	TOTAL	INDUSTRIAL
1960	34,78	54,29
1961	35,16	55,54
1962	34,40	56,71
1963	35,75	57,16
1964	36,01	57,29
1965	34,06	47,98
1966	35,32	55,65
1967	34,11	55,01
1968	35,23	56,85
1969	35,66	55,89
1970 (1)	35,00	55,00
1971 (1)	35,00	55,00
1972 (1)	35,00	55,00
1973 (1)	35,00	55,00

FONTE: Centro de Contas Nacionais - IBGE/CEV.
(1) Estimado pela Seção de Estatística do DECAD da FIESP/CIESP.

A indústria paulista influenciou expressivamente no resultado global, haja vista que ela responde por cerca de 40,0% em média na geração da renda total do Estado. Os ramos industriais utilizados frequentemente como indicadores das variações de curto e médio prazos evoluíram a taxas que normalmente se esperaria, face ao crescimento industrial verificado no período. Deste modo, observa-se que a indústria automobilística teve sua produção de automóveis, utilitários e camionetas, caminhões, ônibus e tratores aumentada de 91,8%, 189,9%, 59,9%, 10,4% e 270,9%, respectivamente, no período 1969/73. Esses números tornam-se mais significativos se se tem em conta os efeitos diretos e indiretos da expansão do ramo sobre o setor de indústrias, pois sua expansão pressiona para cima as taxas de produção de seus fornecedores diretos. Estes induzem novas expansões em outros ramos com os quais se relacionam, num processo multiplicativo da expansão inicial. Acrescentando-se a isto os efeitos sobre o consumo advindos do pagamento aos fatores, gerando elevação da renda, ter-se-á configurada a pertinência desse indicador.

ESTADO DE SÃO PAULO
ÍNDICE DA PRODUÇÃO AUTOMOBILÍSTICA
1970/73

DISCRIMINAÇÃO	1970	1971	1972	1973
Automóveis	105,1	143,9	172,1	191,8
Utilitários e Camionetas	177,4	187,3	207,8	289,9
Caminhões	94,6	95,8	123,6	159,9
Ônibus	73,8	79,9	94,9	110,4
Tratores	140,2	213,5	287,0	370,9

FONTE dos Dados Brutos: ANFAVEA-Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores.

Dois outros relevantes indicadores dos níveis globais da atividade econômica se referem às produções das indústrias siderúrgica e de cimento. A primeira, por ser um fornecedor de matérias-primas industriais, cuja produção é induzida, na maior parte, pela expansão do complexo de indústrias. A segunda, por razões análogas e ainda pelo fato de refletir variações nos setores mais absorvedores de mão-de-obra.

ESTADO DE SÃO PAULO
ÍNDICE DA PRODUÇÃO SIDERÚRGICA (1)
1969/73

ANO	FERRO-GUSA	AÇO EM LINGOTES	LAMINADOS		
			Planos	Não Planos	Total
1970	108,6	113,1	101,9	124,9	114,2
1971	124,1	129,9	130,7	129,4	130,0
1972	131,4	143,5	158,6	163,2	159,5
1973	118,5	146,7	153,9	184,4	170,1

FONTE dos Dados Brutos: IBS-Instituto Brasileiro de Siderurgia.
(1) Base: 1969 = 100.

ESTADO DE SÃO PAULO
PRODUÇÃO DE CIMENTO "PORTLAND" COMUM
1969/73

ANO	ÍNDICE (1)	VARIAÇÃO ANUAL (%)
1970	113,8	13,8
1971	133,7	17,5
1972	150,3	12,4
1973	164,6	9,5

FONTE dos Dados Brutos: Sindicato Nacional da Indústria do Cimento.
(1) Base: 1969 = 100.

Constata-se que, no período (1969/73), a siderurgia teve sua produção aumentada em 18,5% para o ferro-gusa, 46,7% para o aço em lingotes e 70,1% para o total de laminados. A produção de ferro-gusa teve um desempenho modesto ao longo dos anos considerados, chegando a apresentar uma queda em 1973, com relação ao ano anterior. Tal decréscimo se deve, no entanto, a fatores tipicamente conjunturais, não refletindo a tendência do período.

No que se refere à indústria de cimento, observa-se uma expansão sem flutuações consideráveis no período 1969/73. Sua produção atingiu, em 1973, um nível 64,6% superior ao do ano base, o que corresponde a uma taxa de crescimento anual de 13,2%. O consumo aparente de cimento, no Estado, está cres-

cendo a uma taxa de, aproximadamente, 2,0% superior à taxa apresentada pela produção de cimento, o que vem confirmando o elevado dinamismo do setor da construção civil paulista.

Quanto aos indicadores indiretos, destaca-se a evolução do consumo industrial de energia elétrica, por apresentar uma vinculação estreita entre o seu comportamento e o das atividades industriais. Este indicador, tomado em forma de índice com a base de comparação em 1969, revela um crescimento médio anual da ordem de 13,1%, perfeitamente compatível, portanto, com a taxa obtida pelo conjunto do setor industrial.

Por outro lado, enquanto o consumo total de energia elétrica na Grande São Paulo, entre 1970 e 1973, evoluiu 11,7% ao ano, no Interior o acréscimo médio anual se aproximava de 15,4%, evidenciando um acentuado dinamismo e o acerto da política de interiorização do desenvolvimento aplicada pelo Governo.

ESTADO DE SÃO PAULO
CONSUMO INDUSTRIAL DE ENERGIA ELÉTRICA
1969/73

ANO	ÍNDICE (1)				VARIAÇÃO PERCENTUAL
	LIGHT	CPFL	CESP	Total	
1970	105,8	111,1	141,4	107,9	7,9
1971	123,5	124,8	174,9	125,8	16,6
1972	139,4	143,0	199,4	142,4	13,2
1973	159,5	170,4	254,4	164,8	15,7

FONTE dos Dados Brutos: LIGHT, CPFL e CESP.
(1) Base: 1969 = 100.

A agricultura, por sua vez, apresentou um desempenho bastante animador. Em termos de renda real, este setor obtinha ganhos consideráveis, tendo alcançado a expressiva taxa de 10,3% ao ano. Excluindo-se o café, a taxa obtida foi de 9,7%. Embora a agricultura apresentasse um desempenho mais modesto quando comparado ao da indústria, isto não significou escassez da oferta de seus produtos. Sabe-se que, ao longo do processo de desenvolvimento econômico, a agricultura tende a uma perda de posição, comparativamente aos demais setores — quer seja em termos de renda, quer em termos de emprego. Isto devido a um conjunto de fatores, tais como diferenças nas elasticidades-renda da procura, que atuam no sentido de diminuir as participações do produto agrícola nos gastos totais da coletividade, à medida em que aumenta a renda per capita. Do lado da oferta, a modernização crescente do setor, que leva aos mesmos resultados, de uma maneira geral, por força das baixas elasticidades-preço dos produtos de maior ponderação na composição da taxa de crescimento global. Esses fatores, associados a outros de natureza não econômica, explicam, em boa parte, a liberação da mão-de-obra do campo, que se tem verificado historicamente. Desta forma, pode-se inferir que a taxa mais baixa de crescimento da agricultura paulista não é um bom indicador, de per si, para consagrar a existência de um atraso em relação aos outros setores. Na verdade, é perfeitamente compatível a existência de taxas mais modestas de crescimento da produção agrícola com completa satisfação da demanda paralelamente à obtenção de elevadas taxas em outros setores, ainda que esses não atinjam os níveis desejados pela procura.

Por outro lado, as regiões constituem-se em economias muito mais abertas e especializadas do que a economia nacional à qual pertencem. Então, a recorrência aos padrões internacionais — que estabelecem relações entre as taxas de crescimento da produção industrial e agrícola — deve ser feita com o devido cuidado para o nível regional. O comportamento da agricultura paulista projeta-se além de uma atitude de passividade no processo de desenvolvimento, constituindo-se numa de suas fontes mais expressivas.

ESTADO DE SÃO PAULO
VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA (1)
1969/73

DISCRIMINAÇÃO	Em cruzeiros				
	1969	1970	1971	1972	1973
Valor Nominal	4 528 278	5 804 081	7 927 123	10 224 886	12 999 267
Valor Nominal, Excluído Café	3 888 384	5 178 088	6 563 623	8 424 886	10 899 117
Valor Real (Em Cr\$ de 1969) (2)	4 528 278	4 836 734	5 504 946	6 050 228	6 700 653
Valor Real (Em Cr\$ de 1969, Excluído Café) (2)	3 888 384	4 315 073	4 558 071	4 985 139	5 618 101

FONTE dos Dados Brutos: IEA-Instituto de Economia Agrícola, da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.
(1) Foram considerados 21 dos principais produtos da agricultura paulista.

(2) Deflator: Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna) - Col. 2 - Conjuntura Econômica da FGV, com base em 1965/67 = 100.

No que se refere ao setor terciário, os indicadores disponíveis não são suficientemente confiáveis para uma análise mais aprofundada do seu comportamento. Estudos comparados para diversos países atribuem-lhe uma participação aproximadamente constante em termos da produção total, ao mesmo tempo que aumenta sua participação em termos de mão-de-obra ocupada total. Com efeito, ressalvadas as observações feitas para comparações ao nível das regiões, análises realizadas para períodos anteriores indicam para este setor uma constância bastante segura em termos da sua participação na produção total do Estado e nada indica que esta tendência tenha-se modificado em anos mais recentes. Assim, pode-se afirmar que, associada à crescente urbanização da economia paulista, ao aumento da renda per capita e ao consumo cada vez maior de bens duráveis, amplia-se também a demanda por serviços de intermediação financeira, comércio, educação, turismo, diversões e de governo, entre outros, sendo que a maioria utiliza intensivamente o fator trabalho. Um indicador grosseiro de parte da tendência manifestada pelo setor se refere às emissões de capital efetuadas pelas sociedades anônimas. Analisando-se tal indicador, constata-se que, em 1972, o setor terciário participou com 23,4% do total das emissões, cabendo 12,4% ao sub-